



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

**PARECER PRÉVIO Nº 11/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- Processo TCE nº 1490/2006 (21 vols.)**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Coari.
- 4- Exercício:** 2005.
- 5- Responsáveis:** Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito Municipal de Coari.
- 6- Unidade Técnica:** DICAMI-CI – Informação nº 147/2014 (fls. 4127/4128).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7724/2013-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 4109/4110).
- 8- Relator:** Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2005.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando ao Poder Legislativo do Município de Coari a **DESAPROVAÇÃO** das contas anuais da Prefeitura Municipal de Coari, referente ao **exercício de 2005**, de responsabilidade do **Sr. MANOEL ADAIL AMARAL PINHEIRO, Prefeito e Ordenador de Despesas**, com fulcro no art. 127, § 2º, da Constituição do Estado do Amazonas, de 1989 c/c os art. 1º, I e art. 29º, ambos da Lei nº 2423/96 e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997;

**10- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 02 de abril de 2014.

**ARA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE**



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 11/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles e Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE**  
Conselheiro-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira- Convocada

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 11/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2014)**

- 1- **Processo TCE nº 1490/2006 (21 vols.)**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Coari.
- 4- **Exercício:** 2005.
- 5- **Responsável:** Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito Municipal de Coari.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI-CI – Informação nº 147/2014 (fls. 4127/4128).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7724/2013-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 4109/4110).
- 8- **Relator:** Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2005.

*Contas irregulares. Alcance. Multa ao Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro. Prazo para recolhimento. Recomendação à origem.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

**9.1- à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Sr. Conselheiro-Relator:

**9.1.1- Julgar Irregular**, a Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de Coari, exercício de 2005**, de responsabilidade do **Sr. MANOEL ADAIL AMARAL PINHEIRO, Prefeito Municipal**, enquanto Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, II e 22, III, “b)” da Lei nº 2.423/96 c/c o art.188, §1º, III, “b)” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**9.1.2- Aplicar GLOSA**, considerando em **ALCANCE** o Sr. **MANOEL ADAIL AMARAL PINHEIRO**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Coari, no **exercício de 2005**, nos termos dos artigos 304, inciso II, c/c 305, da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), pelas seguintes impropriedades:

a) no valor de R\$ **23.500,00** (vinte e três mil e quinhentos reais) pela não comprovação das despesas realizadas com transporte aéreo, referente as NE nº 4488, 3643, 3226 e 2014, conforme item 12 do Relatório.

b) no valor total de R\$ **2.797.903,25** (dois milhões, setecentos e noventa e sete mil, novecentos e três reais e vinte e cinco centavos) pelas irregularidades constatadas pela Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas, quando da visita “*in loco*”, naquele município, referente às Cartas-Contrato nº 037/2005 PMC (item 23), 036/2005 PMC (item 24), 034/2005 PMC (item 25), 035-D/2005 PMC (item 27), 032/2005



**ACÓRDÃO Nº 11/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2014)**

PMC (item 28), 304/2005 PMC (item 29), 032/2005 PMC (item 30), 020A/2005 PMC (item 34) e 042A7/2005 PMC (item 35).

**9.1.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da glosa no valor de R\$ 2.821.403,25 (dois milhões, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e três reais e vinte e cinco centavos), pelo Sr. MANOEL ADAIL AMARAL PINHEIRO, Prefeito e Ordenador de Despesas, aos cofres do Tesouro da Fazenda Municipal de Coari, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96, art. 169, I e art. 174, da Resolução nº 04/02, autorizando-se desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;**

**9.1.4- Recomendar à origem a estrita observância das normas legais aplicáveis, notadamente da Lei 8.666/93, Lei 101/2000 (LRF), Lei 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), bem como a Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) e demais Resoluções desta Corte e ainda o envio tempestivo dos dados informatizados e os demonstrativos contábeis via ACP-TCE/AM, conforme disposto nos art. 3º e 4º da Res. nº 07/2002-ACP/TCE/AM.**

**9.2- Por maioria, nos termos do voto do Conselheiro-Relator:**

**9.2.1- Aplicar Multa ao responsável, Sr. MANOEL ADAIL AMARAL PINHEIRO, Prefeito Municipal de Coari, no VALOR TOTAL de 33.000,00 (trinta e três mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inc. XXVI c/c art. 52 da Lei nº 2.423, de 10.12.1996, pelas seguintes irregularidades, não sanadas:**

**9.2.1.1- de acordo com o art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002 (RITCE), alterado pela Resolução n. 25 de 30 de agosto de 2012, da seguinte forma:**

a) totalizando R\$ **12.056,33** (doze mil, cinquenta e seis reais, e trinta e três centavos) pelo atraso referente aos meses de **janeiro a novembro**, contrariando o art. 4º da Resolução n. 7/2002 – TCE, pelos atrasos de 122, 93, 107, 77, 47, 41, 163, 132, 102, 117 e 86 dias, respectivamente, no encaminhamento a este Tribunal de Contas dos **balancetes financeiros, via Sistema ACP.**

b) totalizando o valor de R\$ **6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), referente a todos os bimestres de 2005, por **cada Relatório Resumido da Execução Orçamentária, com atraso**, contrariando o disposto no art. 1º da Res. TCE/AM nº 06/2000, art. 165, § 3º, da Constituição Federal c/c art. 52, caput, da Lei Complementar nº 101/00, pelos atrasos de 137, 76, 42, 78, 92 e 33 dias, respectivamente;

c) totalizando o valor de R\$ **3.288,09** (três mil, duzentos e oitenta e oito reais e nove centavos), referente aos atrasos no encaminhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º ao 3º quadrimestre de 2005, contrariando o disposto no art. 2º da Res. TCE/AM nº 06/2000, c/c art. 54 e 55, da Lei Complementar nº 101/00, pelos atrasos de 76, 78 e 33 dias, respectivamente.

**9.2.1.2- no valor de 11.079,40 (onze mil, setenta e nove reais e quarenta centavos), nos termos do art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 (RITCE), alterado pela Resolução n. 25 de 30 de agosto de 2012, pelas seguintes irregularidades não sanadas, listadas a seguir:**

a) Abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 42.772.362,70, por excesso de arrecadação, a maior do que foi contabilizado no Balanço Orçamentário (fl. 141), no montante de R\$ 35.009.384,93, contrariando o disposto no art. 43, §3º c/c §1º, II, da Lei 4320/64.



**ACÓRDÃO Nº 11/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2014)**

b) Ausência do registro analítico dos bens de caráter permanente, sem indicação dos elementos necessários para a sua perfeita caracterização, como identificação e localização, bem como inexistência de agente responsável pela sua guarda e administração, conforme determina o art. 94, da Lei nº 2324/96 e ainda a inexistência do almoxarifado, não havendo controle de registro de entradas e saídas de materiais.

c) Não publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, referente aos quadrimestres, contrariando o art. 55, da Lei nº 101/2000;

d) Não publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária referente aos bimestres, contrariando o art. 1º da Res. TCE/AM nº 06/2000, art. 165, § 3º, da Constituição Federal c/c art. 52, *caput*, da Lei Complementar nº 101/00;

e) Ausência de encaminhamento a este Tribunal os contratos temporários de 4.759 servidores temporários, instituídos pela Lei nº 395/2002, de 23/10/02, contrariando o disposto no art. 71, inciso III, da CF/88 c/c art. 259, da Res. TCE nº 04/2002 (RI-TCE/AM).

f) Pagamento de horas adicionais a professores do quadro efetivo, contrariando o disposto no art. 27, da Lei nº 442/2005, sem justificativa.

g) Pagamento de gratificação com a nomenclatura OUTROS a professores efetivos e contratados, sem fundamentação legal, já que não existe a previsão desta gratificação no art. 27, da Lei nº 442/2005.

h) Não encaminhamento ao Tribunal de Contas dos Balancetes Financeiros e Balanço Geral do Instituto de Regime Próprio de Previdência Social.

i) Ausência de registro no ACP-TCE/AM dos seguintes Termos Aditivos, conforme item 13 do Relatório.

j) Ausência de justificativas para o não registro das Cartas de Contratos a seguir discriminadas no sistema via ACP, como também a não vinculação ao edital de licitação ou ao termo que dispensou ou inexigido a proposta do licitante vencedor, nas cláusulas dos referidos ajustes, contrariando o disposto no inciso XI, do art. 55 c/c parágrafo II, do art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, conforme item 14 do Relatório (Carta Contrato s/nº/2005, no valor de R\$ 24.252,00, conforme NE nº 149, de 03/01/05; Carta Contrato s/nº/2005, no valor de R\$ 36.000,00, conforme NE nº 151, de 03/01/05 e Carta Contrato s/nº/2005, no valor de R\$ 100.000,00, conforme NE nº 902, de 07/03/05).

l) Utilização de numeração distintas nas Cartas Contratos e nos Contratos oriundos de Tomada de Preços e Concorrências Públicas, em desacordo com o disposto no art. 5º, alínea “a” da Resolução nº 06/90-TCE c/c o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

m) Arrecadação de Tributos realizada de forma não efetiva, de acordo com a previsão do Código Tributário Municipal, Lei nº 399/1998, contrariando o disposto no art 11, da Lei nº 101/2000 (LRF);

n) Ausência de registro das atas das audiências públicas realizadas na Câmara Municipal de Coari, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º e 4º Quadrimestre, do Poder Executivo, conforme instituído no § 4º, do art. 8º, da Lei nº 101/2000.

o) Contrariando o disposto no art. 22 § 6º e art. 38, todos da Lei nº 8666/93, que se refere a Repetição dos convidados participantes do certames e não especificação da dotação orçamentária da despesa, respectivamente, e ainda, a ausência das solicitações das Unidades Orçamentárias quanto as justificativas sobre as necessidades e quantidades dos produtos, das seguintes despesas, conforme item 18 do Relatório.

**ARA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE**





**ACÓRDÃO Nº 11/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2014)**

p) Fracionamento da despesa nos processos de pagamentos abaixo relacionados (fl. 760), conforme item 19 do Relatório.

q) Ausência do Projeto Básico dos seguintes certames Licitatórios, contrariando o disposto no art. 7º, inciso I, § 2º, I e II, da Lei nº 8.666/93: Carta Convite nº 7 061/05/2005, Carta Convite nº 100/05, Carta Convite nº 041/05, Convênio nº s/nº/2005.

r) Ausência de comprovação da publicação dos Editais das Tomadas de Preços nº 007, 009, 022, 034 e 044, todos de 2005, contrariando o disposto nos incisos I, II e III e § 1º, todos do art. 21, da Lei nº 8.666/93.

s) Divergência entre o valor de R\$ 1.637.632,75, contabilizado como disponibilidade de caixa no Anexo V – Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa – Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre (Processo nº 1571/06) e o valor de R\$ 2.046.866,31, do Anexo VI, conforme fl. 761.

t) Impropriedades indicadas pela Diretoria de Controle Externo das Obras Públicas (DCOP), no Relatório Técnico de Vistoria – Conclusivo (fls. 3996/4099), referente as seguintes Obras CARTA-CONTRATO Nº 031A/2005 PMC (fls. 4040/4044), CARTA-CONTRATO Nº 045A/2005 PMC (fls. 4063/4067), CARTA-CONTRATO Nº 038/2005 PMC (fls. 4067/4071) e CARTA-CONTRATO Nº 040A/2005 PMC (fls. 4071/4076).

**9.2.2- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) aos cofres da Fazenda Estadual**, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72º, III, a, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando-se desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex VI do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

*Vencido o Conselheiro Raimundo José Michiles que votou aplicando multas de valores inferiores, calculados à época dos fatos. Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade da multa por atraso no ACP.*

**10- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 02 de abril de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles e Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral